

## Petição On-line

<b>Petição:</b>	Individual
<b>Nome do 1º Peticionante ou de Pessoa Colectiva:</b>	António dos Santos Pereira
<b>Morada:</b>	
<b>Local:</b>	
<b>Código Postal:</b>	
<b>Documento de identificação:</b>	
<b>Endereço Electrónico:</b>	
<b>Objecto sucinto da sua Petição:</b>	Igualdade de direitos perante a ADSE entre mestrandos com licenciatura integrada e mestrandos licenciados
<b>Texto da sua Petição:</b>	<p>Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, Dirijo-me à atenção preciosa de V. Exa. por me parecerem inconstitucionais as normas que actualmente regulam a inscrição dos estudantes universitários, filhos de funcionários públicos na ADSE. Com efeito, ao permitirem aos alunos que frequentam os cursos ditos de Mestrado com Licenciatura Integrada (Medicina, Farmácia, Arquitectura e algumas engenharias, em cinco ou mais anos) manter o direito à ADSE, criam uma relação de desigualdade com os alunos que concluem uma licenciatura de 180 créditos (três anos), mas por várias razões desejam continuar os seus estudos ao nível do mestrado, geralmente, de continuidade daquela sem entrar na vida profissional. Por me parecer que a alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º e do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, na redacção do Decreto-Lei n.º 234/2005, de 30 de Dezembro, invocada pelos respectivos serviços antecipadamente contactados, fere o princípio constitucional da igualdade, artigo 13.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa, solicito a Vossa Excelência promova Lei que repare o princípio ferido. Atenciosamente, subscrevo-me António dos Santos Pereira</p>
<b>Caso não seja possível contactar o 1º Peticionante, indique outro contacto:</b>	
<b>Nome:</b>	
<b>Morada:</b>	
<b>Local:</b>	
<b>Código Postal:</b>	
<b>Endereço Electrónico:</b>	